

A SUSPENSÃO DO WHATSAPP NO BRASIL E O DILEMA DA CRIPTOGRAFIA DA COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE DE CONTROLE¹

Sávio Lima Lopes²

Resumo: Este artigo objetiva articular diversos conceitos como forma de construir um instrumental que forneça condições de analisar a controvérsia estabelecida em torno da adoção de criptografia ponta-a-ponta pelo WhatsApp. Para isto, utilizaremos amplo referencial teórico para fundamentar a análise que propomos. Dentro do escopo a que este trabalho é proposto, nos serviremos de alguns conceitos. O primeiro é o de rede. Inicialmente, nos enveredaremos pela historicização da noção de rede, sua formatação em conceito até a sua acepção moderna: como rede de comunicação, trabalhando com as formulações de Deleuze e Guattari, Pierre Musso, Manuel Castells, Michel Callon, Bruno Latour e outras. A seguir, traçaremos a distinção entre sociedade de controle e disciplinar. Para esta tarefa nos utilizaremos desde a caracterização de sociedade disciplinar conforme Michel Foucault, passando pelas distinções feitas por Antonio Negri e Michael Hardt, além da contribuição de Túlio Vianna a esse respeito. Por fim, utilizaremos o conceito de sociedade de controle conforme Deleuze o desenvolve. Por último, ao tratarmos da criptografia, nos utilizaremos de Simon Singh, para levantar uma breve história da criptografia, Routh Terada para conceituar algoritmo e criptografia, além de breves incursões na literatura ficcional evidenciando o caráter amplo da discussão, utilizando um conto do escritor Edgar Allan Poe. Com um viés mais prático, discutiremos a importância da criptografia no processo comunicacional na era da vigilância distribuída na qual vivemos, conforme afirmam Lawrence Lessig e Fernanda Bruno. Concluimos analisando a partir de Gutiérrez-Rubi, passando por sua repercussão na imprensa mundial, a adoção de criptografia pelo WhatsApp.

Palavras-chave: Criptografia; Sociedade de Controle; WhatsApp; Privacidade; Vigilância.

¹. Artigo apresentado ao Eixo Temático 14 – Privacidade / Vigilância / Controle do IX Simpósio Nacional da ABCiber.

²

. Mestrando em Comunicação e Territorialidades no PÓSCOM, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: savio@abaporulab.org.

1. Introdução

Não apenas o WhatsApp está sob ataque. Tampouco a Web. O que está sob ataque é a nossa liberdade. O cerco ao WhatsApp é apenas uma das muitas faces do obscurantismo em que vivemos. Evidentemente, não se trata de defender o WhatsApp como empresa, que atualmente pertence ao Facebook³⁴; muito menos o livre mercado que não é nosso objeto de estudo. Trata-se de um ataque à nossa própria subjetividade, exposta na tríade registrar-monitorar-reconhecer, típica das sociedades de controle⁵ ou pós-disciplinares⁶.

Somos partícipes de uma era de vigilância. Não de uma vigilância que vê no panóptico um referente: vigiamos e somos vigiados, constituindo, na contemporaneidade além da comunicação distribuída, a vigilância participativa e também distribuída. Conforme Fernanda Bruno (2013), pós 11 de setembro de 2001, a vigilância não apenas se intensificou, como alterou seu modo de funcionamento, bastante distanciado do modelo panóptico (com um grande centro), para um modo espraçado, distribuído. No dia 17/12/2015 ocorreu a primeira

3

Facebook finaliza aquisição do WhatsApp por US\$ 22 bilhões:
<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/10/preco-de-compra-do-whatsapp-pelo-facebook-sobe-us-22-bilhoes.html>.

4

WhatsApp cresceu mais do que Facebook entre 2010-14:
<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/02/lista-traz-cinco-curiosidades-sobre-compra-do-whatsapp-pelo-facebook.html>

5

Sociedades de controle, expressão utilizada por Antonio Negri e Michael Hardt, em *Império*; e por Gilles Deleuze, em *Conversações*.

6

Sociedades pós-disciplinares, expressão utilizada por Túlio Vianna, em *Transparência Pública, Opacidade Privada*.

suspensão do WhatsApp no Brasil⁷⁸. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) então afirmara que a decisão partiu da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo⁹, e que o Ministério Público, requereu o bloqueio com base no Marco Civil da Internet.¹⁰ Esse primeiro bloqueio efetivo, durou cerca de 14 horas, tendo o TJSP emitido uma liminar¹¹ que permitiu às operadoras voltarem a oferecer acesso ao serviço.

2. Referencial Teórico

Criptografia

7

Cabe ressaltar, no entanto, que essa não foi a primeira tentativa de suspensão do serviço no Brasil. Em fevereiro de 2015, determinada pelo juiz Luis Moura Correia, da Central da Central de Inquéritos de Teresina/PI, ocorreu pela primeira vez, motivada por uma investigação que ocorria desde 2013, e que segundo nota à imprensa, a empresa não vinha colaborando com as investigações. Mais aqui:

<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/02/decisao-de-juiz-do-piaui-manda-tirar-whatsapp-do-ar-em-todo-o-brasil.html> e aqui: <http://www.conjur.com.br/2015-dez-16/bloqueio-whatsapp-pivo-homem-solto-stf-mes>

8

Não é apenas no Brasil que já em fevereiro de 2015, havia o risco de bloqueio/suspensão do WhatsApp:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150226_whatsapp_risco_lab.

9

Notícia em que o TJSP repercute a informação de que a determinação da suspensão veio da 1ª Vara Criminal de SBC:/SP:

<http://www.tjsp.jus.br/institucional/canaiscomunicacao/noticias/Noticia.aspx?Id=29056>, <http://www.manualdousuario.net/whatsapp-bloqueio-brasil/>

10

Ou Lei Nº 12.965/14. Lei que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria. Íntegra da lei aqui: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm.

11

<http://www.tjsp.jus.br/Institucional/CanaisComunicacao/Noticias/Noticia.aspx?Id=29057>

Conforme Singh, p. 13, à medida que entramos no século XXI, os defensores das liberdades civis começam a pressionar pelo uso generalizado da criptografia de modo a proteger a privacidade dos indivíduos. Ao lado deles, fica a comunidade dos negócios, que precisa de uma criptografia forte para proteger suas transações no mundo em rápido crescimento do comércio via Internet. Ao mesmo tempo, as forças da lei pedem um uso mais restrito da criptografia. A questão se resume em, o que é mais valioso para nós, nossa privacidade ou uma força policial mais eficiente? Ou será que existe um meio-termo?

Propomos como questão central deste artigo nos termos que Simon Singh formula: o que é mais valioso para nós, nossa privacidade ou uma força policial mais eficiente? Ou será que existe um meio-termo? (p.13)

Assim, pretendemos pensar no dilema da criptografia (usar ou não usar? Ou ainda, em que condições?)

à medida que a informação se torna mercadoria cada vez mais valiosa e a revolução nas comunicações muda a sociedade (SINGH 2007) (Anderson 2006), o processo de codificação das mensagens vai desempenhar um processo cada maior na vida diária.

Dentro do escopo a que este trabalho é proposto, nos serviremos de alguns conceitos. Delinearemos abordagens conceituais a partir de autores e teorias específicas, das quais passamos a detalhar..

O primeiro conceito é o de rede. Assumida sua polissemia, e também seus deslocamentos como termo, vocábulo e noção, trabalharemos com diversos pontos de vista. Assim, nos enveredamos inicialmente pela historicização da noção de rede, sua formatação em conceito até a sua acepção moderna: como rede de comunicação (DELEUZE e GUATTARI, 2011, MUSSO, 2013; CASTELLS, 1999, 2016; LATOUR, 2012; CALLON, 2013, PARENTE, 2013.).

Estabelecido este marco teórico a respeito da rede, trabalharemos a distinção entre sociedade de controle e sociedade disciplinar. Para esta tarefa, nos utilizaremos desde a caracterização de sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2009), quanto a distinção ponto a ponto entre sociedade disciplinar e de controle (HARDT e NEGRI, 2001; VIANNA, 2007). Além disto, trabalharemos especificamente o conceito de sociedade de controle (DELEUZE, 2013).

Ao tratarmos da criptografia, nos utilizaremos tanto de um referencial para contar uma breve história da criptografia (SINGH, 2007), quanto nos adentraremos no campo informático-comunicacional da criptografia, abordando especificamente seus algoritmos (TERADA, 2008). Para além de fazermos essa abordagem do geral ao específico, evidenciaremos que a criptografia é um tema importante há muito tempo (POE, 2012).

Nos aproximando ao terreno do aplicável, discutiremos a importância da criptografia no processo comunicacional, a privacidade e a era da vigilância distribuída em que vivemos (LESSIG, 2005; BRUNO, 2013). Para isso, além de abordagens acadêmicas, nos utilizaremos da repercussão noticiosa de todas dos veículos comunicacionais presentes na Internet. Assim, abordaremos o caso específico da suspensão do WhatsApp (GUTIÉRREZ-RUBI, 2015) no Brasil, com recorte temporal referente à suspensão em que a empresa adotou a criptografia ponta-a-ponta, em maio de 2016.

Além destes conceitos, abordaremos outro, o de controvérsia conforme Tommaso Venturini o desenvolve.

Perspectivas Histórico-Filosóficas do Conceito de Rede

A emergência do estudo e do discurso sobre as redes na contemporaneidade e o seu envolvimento no cotidiano é um fato, segundo Barabási (2009). Com essa emergência, engendram-se novas configurações, processos e, além disso, novas topologias e territorialidades advindas desses arranjos. Nesse contexto, abordar o conceito de rede – ou de forma mais ampla -, a noção de rede, investigando suas origens e diversas perspectivas possíveis para compreendê-la é uma tarefa essencial para não ignorar a amplitude da discussão, além de contribuir para tangenciar a realidade.

Apesar da amplitude do que se entende por rede, há que se trabalhar com um recorte, elencando uma série de teóricos, visando estabelecer um fundamento do qual se possa partir para o estabelecimento de uma ontologia das redes.

Posto isto, iniciaremos através de uma abordagem retrospectiva proposta pelo filósofo e cientista político francês, Pierre Musso, no livro organizado por André Parente, o *Tramas da Rede*. Ao longo de seu artigo, o autor traça com perspicácia a origem do termo rede,

evocando, inclusive, sua etimologia para trazer à tona tanto o distanciamento do significado original para o uso contemporâneo do termo, quanto para demonstrar sua polissemia.

Ato contínuo, Musso afirma que a noção de rede é onipresente e onipotente em todas as disciplinas (MUSSO, 2013, p. 17). Talvez esta afirmação, e seus desdobramentos elucidativos, sejam suficientes para dar dimensão adequada da amplitude e potência da noção de rede.

Por ora, tratando-se exclusivamente do termo rede, e o fato dele remontar à Antiguidade, não é objetivo deste trabalho refazer todos os caminhos até que esse termo assumia significações características da contemporaneidade; e sim, estabelecer marcos históricos e conceituais que permitam entender sua origem, amplitude e potência.

Assim, parte do que se entende por rede hoje, deriva do vocábulo *réseau*, que aparece na língua francesa no século XII, tendo o sentido de malha têxtil, fios entrelaçados. Em sua origem francesa, o termo remete sempre a uma superfície, uma exterioridade. Essa concepção é alterada, no entanto, quando a partir do século XVII, a medicina se apropria do termo para designar o aparelho sanguíneo e as fibras constitutivas do corpo humano.

Já no limiar do século XVIII para o XIX, a palavra rede, preserva sua aplicação no campo da medicina, assim como o sentido introduzido na língua francesa, oriundo da tecelagem. Na virada do século XVIII para o XIX, a rede, antes apenas observada no corpo, nas fibras, nos tecidos, passa de “natural”, para ser produzida, artificial. A rede torna-se técnica autônoma, podendo ser construída, historicizada.

Diferente da acepção ligada ao vocábulo rede, a de noção/conceito, introduzida a partir do século XVIII, trouxe as representações geométricas do território, se tornando cada vez mais comuns. Já em 1802, com o “Ensaio de reconhecimento militar”, do general Pierre Alexandre d' Allent, o termo rede assume sua concepção moderna, ou o modo como mais frequentemente é utilizado na contemporaneidade: rede de comunicação.

Após a chegada em sua concepção moderna, através da síntese de diversas contribuições, Pierre Musso propõe o seguinte conceito: “a rede é uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento.”. Cabe ressaltar, entretanto, que o autor chega a essa elaboração após evocar

o histórico do conceito como foi apresentado até agora, além das formulações de Michel Serres, Henri Atlan e Anne Cauquelin, as quais passaremos a detalhar.

No detalhamento das demais contribuições utilizadas por Musso, Henri Atlan, filósofo e biofísico francês, situa a rede como um ser intermediário entre a solidez de um mineral e o esvair de uma fumaça; mais do que a máquina; entretanto, menos do que o vivente. A rede está entre, está no meio. Já analisando a contribuição de Anne Cauquelin neste particular, Pierre Musso afirma que a filósofa, romancista e ensaísta francesa, reivindica a representação da rede como vínculo invisível dos lugares visíveis. Assim, Cauquelin, estabelece uma relação de atualização com o conceito de rede, ligado à medicina, como já afirmamos.. Por último, Michel Serres, filósofo francês, considera a rede como uma pluralidade de pontos, conectados por uma multiplicidade de caminhos. De certa maneira, a concepção de Serres, assim, como a de Atlan, se conecta com a de Deleuze e Guattari, utilizando-se até mesmo, em certa medida, das mesmas metáforas.

Na sequência, Pierre Musso, continua a identificar a amplitude do conceito de rede, afirmando que este, atualmente, é apresentado como método interpretativo: uma chave mestra ideológica. Vejamos:

“Em seu ser, ela é uma estrutura composta de elementos em interação; em sua dinâmica, ela é uma estrutura de interconexão instável e transitória; e em sua relação com um sistema complexo, ela é uma estrutura escondida cuja dinâmica supõe-se explicar o funcionamento do sistema visível.” MUSSO (2013, p. 32).

Ao desenvolver o conceito de rede sob uma outra perspectiva – como matriz técnica - , o autor destaca a versatilidade dessa perspectiva, gerando um sem número de metáforas possíveis, já que permitem repensar tanto a noção de espaço-tempo, quanto a de vínculo social.

Entretanto, nem só de metáforas de positivas é composta a abordagem utilizada por Musso. A mais importante, até aqui é a que indica que a rede é bicéfala – ou seja, tem duas cabeças - : se por um lado ela promove a circulação (do que for: fluxos, informações, fluidos) do outro, engendra vigilância.

Utilizando a vigilância como constituinte da rede – na concepção moderna, cabe ressaltar - , pode-se concatenar essa relação na seguinte sentença: “vigilância da circulação e circulação da vigilância” (MUSSO, 2013, p. 34).

Evidente que não é possível abordar a noção de rede a partir de binaridades do tipo bom e mau, por exemplo. Mesmo assim, porém, cabe fazer uma crítica à vertente eufórica da rede como técnica, ou ainda como descreve o pesquisador brasileiro Erick Felinto (2006, p. 88), às “fantasias da tecnocultura”. Assim, FELINTO (2006, p. 84) adverte que é necessário ter cautela com as pretensões de transcendência do imaginário tecnológico. Mais: que se deve devolver ao pensamento crítico uma dimensão autenticamente crítica, afastando-se tanto de qualquer possibilidade de totalitarismo, assim como de um obscurantismo.

Apesar de, ao menos atualmente, esse imaginário tecnológico transcendente não estar tão presente quanto no início da primeira década deste século, faz-se necessário ressaltar que principalmente na década de noventa, esse tipo de pensamento permeava os estudos ligados à cibercultura. Imaginava-se o ciberespaço com um viés um tanto quanto redentor, uma nova configuração de um paraíso perdido, ou ainda, de uma Nova Jerusalém; o que hoje, verificado em retrospecto, provou-se uma metáfora bem distante do que o ciberespaço representa.

Apesar de rica, a exposição feita por Pierre Musso, não nos é suficiente: mais apontamentos sobre as características das redes são necessários. Outro aspecto a considerar sobre a noção de rede, é que segundo o sociólogo francês Michel Callon (2013, p. 77), ela possibilita, em termos gerais, escapar às dicotomias: local *versus* global, micro *versus* macro. Importante destacar que, dicotomias e grandes divisões são constitutivas do que nomeamos de mundo moderno. Tornando esse aspecto mais cognoscível, é um movimento que fabrica tanto a generalidade, quanto o particular, ou seja: trata-se não de uma relativização paralisante, não um “ou”, e sim um conectivo “e”, que potencialize simultaneidade.

Insistindo no detalhamento das dualidades e dicotomias, e na superação destas através da noção de rede, Callon propõe que não há oposição entre fortes e fracos, por exemplo. Segundo o autor, não se trata de essências, e sim de relações. Assim, a força nada mais é do que um engendramento de fraquezas singulares: a noção de rede dispensa todas as grandes divisões, dualidades e dicotomias, perspectiva compartilhada tanto por Malini (2016), “onde

há relação, há rede”, quanto por Bruno Latour (1994), na já citada queda dos grandes divisores sociológicos.

Ainda trabalhando com o espriamento do nosso horizonte conceitual, referente à abordagem do conceito de rede, Adriana Souza e Silva (2010, p. 283), pesquisadora em design de interfaces e representação do conhecimento, afirma que as redes só existem a partir das conexões que contém, que são estruturas espaciais, tendo sua existência guiada por este número de conexões. Esta perspectiva dialoga com Paulo Vaz, economista e doutor em comunicação, para quem a rede é uma forma de infinito (2010, p. 201), já que cada nó que a compõe, só é possível vislumbrar as margens: assim, uma rede não tem início/fim, (ou seja, tem sua existência guiada pelo número de conexões que contém) centro ou exterior para quem está nela. A rede permite prescindir dos marcadores identitários como aparência, raça e gênero, permitindo que interagjamos com robôs (algoritmos) pensando interagir com humanos, e assim, é possível dizer que estamos na era do perfil: “eu, editor de mim” parafraseando canção popularizada na voz de Milton Nascimento.

Ultrapassando metáforas e abordagens figurativas, passamos a trabalhar com a perspectiva de que o processo comunicacional e assim, da rede de comunicação como constituinte do ser conforme Antoun (2010, p. 215); ou seja, para além da mera troca de mensagens. Mais ainda, conectando-se com o que Pierre Musso assinalou no início deste trabalho, o caráter ambivalente e bicéfalo da rede, os regimes de visibilidade (ver e ser visto) também está imbricado no que entendemos por constituição do ser na rede (BRUNO, 2013).

Assim, é sempre bom manter em nosso horizonte, que muitas vezes a rede, em específico o ciberespaço, foi fonte de esperança de transcendência para alguns teóricos. Mais comumente divulgada no início deste século, essa perspectiva trazia uma abordagem quase religiosa da emergência do ciberespaço, como já apontamos na crítica feita por Erick Felinto. Por isso, é preciso analisar com cuidado o que defende Roy Ascott (2010, p. 245) para quem a história do homem é a história de estar fora do corpo, do desejo de voar. Para ele, no espaço eletrônico, é onde podemos voar, prescindindo de características que nos constitui na vida *away from keyboard* - para não entrar na dicotomia real/virtual, já que a Internet não se dá em outra dimensão que a do real.

Inserindo-se nos grandes debates teóricos acerca da rede, para o filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista e ativista político, Félix Guattari, o rizoma é uma metáfora das multiplicidades. Entretanto, é essencial, antes de adentrar à discussão estrita sobre o rizoma como produção de pensamento, explicar dois termos utilizados por Deleuze e Guattari: árvore e rizoma, colocando-os primeiro em contraposição, e mais à frente, em complementariedade.

Assim, não se trata de buscar raízes, conforme já assinalado por Michel Callon, em uma forma de “essência” ou ainda de evocar os ancestrais, e sim de manifestar uma transversalidade que se opõe à ideia de progressão; ou melhor: de princípio-consequência.

Deleuze e Guattari (2002), ao fazerem uma arqueologia introdutória a partir do sistema arborescente até o rizoma, ponderam que o múltiplo sempre esteve subordinado ao Uno, como meio de instrumentalizar um dualismo do tipo homem- animal, masculino-feminino e mal-bem. Antes de prosseguir na análise das figuras rizoma e árvores, cabe questionar inclusive o artigo definido “o” utilizado antes do vocábulo múltiplo. “O múltiplo” segundo Ferreira (2008), com o artigo “o” é privilegiar, a hierarquia, o esquema binário; ou ainda melhor, para utilizar o termo utilizado em Mil Platôs, a máquina binária. Logo, para os autores, não se trata de “O múltiplo” ou “O uno”, e sim de multiplicidades e singularidades.

Ao utilizarem-se de multiplicidades, evidencia-se o caráter heterogêneo, pluriconectivo, multidirecional e não-hierárquico do rizoma em contraposição à árvore, ou sistema arborescente. Para facilitar o entendimento, Deleuze e Guattari fornecem seis princípios que caracterizam o rizoma.

O primeiro apontamento, contém dois princípios: conexão e heterogeneidade. O princípio de conexão preconiza que qualquer linha de um rizoma pode e deve ser conectada. O segundo princípio, o da heterogeneidade, está diretamente relacionado ao primeiro. A heterogeneidade trabalha com a perspectiva de que as linhas a serem conectadas não são contínuas, ou ainda, arborescidas em princípio-consequência. O terceiro princípio que caracteriza o rizoma, são multiplicidades.

Multiplicidades, como substantivo, e não “O Múltiplo”, como já enfatizamos, rompe com os dualismos gerados pela dialética derivativa do Uno-Múltiplo e Múltiplo-Uno. Como já citado, o rizoma só possui linhas, e essas linhas são multiplicidades que, conectadas (de acordo com o 1º e 2º princípios), mudam de natureza.

A ruptura assignificante, é o quarto princípio que caracteriza o rizoma. É a manifestação contra cortes significantes que separam estruturas. Cabe reforçar que o rizoma não possui uma estrutura: apenas linhas. Além disso, é uma antigenealogia, um antimétodo. Neste princípio, está contido o prenúncio de sua penúltima característica: o rizoma não tem uma estrutura nem pode ser justificado por uma.

Os dois últimos princípios formam a última dupla de características elencadas por Deleuze e Guattari: o 5º e o 6º, cartografia e decalcomania, respectivamente. Aqui, Deleuze e Guattari, finalizam a caracterização do rizoma trabalhando com ideias de que a cartografia é o método do rizoma, que possui muitas entradas e saídas, que constitui um mapa. Já a decalcomania, é a reprodução, a arborescência, é a foto do mapa rizomorfo.

Em termos complementares, como se anunciou no início deste texto, o rizoma contém arborescência. Segundo Deleuze e Guattari (2002 p. 32), “Quando um rizoma é fechado, arborificado, acabou, do desejo nada mais passa; porque é sempre por rizoma que o desejo se move e produz.”.

Finda a caracterização do rizoma, ao menos para o fim ao qual foi proposto, é necessário trabalhar focalizado no rizoma como produção de pensamento, e mais especificamente, rede como produção de pensamento. A esse respeito, Deleuze e Guattari (2002, p. 34) afirmam que “o pensamento não é arborescente”. Mais a frente, os autores confirmam sua tese afirmando que o cérebro é muito mais uma erva – figura representativa do rizoma – do que uma árvore. Nesse sentido, a produção de pensamento é rizomática; e por isso – dentro do pensamento destes autores – é a metáfora de rede.

Por outro lado, acentuando um caráter mais sociológico e técnico e portanto, menos filosófico, o sociólogo catalão, Manuel Castells (1999), propõe o conceito de sociedade em rede. Para ele, sociedade em rede, é não apenas uma nova forma de agrupamento ou organização; é mais: uma nova sociabilidade potencializada pelas novas tecnologias da comunicação e informação. Tal elaboração conceitual, permite superar a ideia de que a Internet e o cotidiano, são esferas ou dimensões distintas da sociabilidade; enquanto uma é constitutiva da outra, estão – atualmente – amalgamadas. Assim, se torna cada vez mais comum que ações geradas no ciberespaço, tenham lastro na rua, ou na dualidade real-virtual como já afirmamos.

Assim, a regra é – cada vez mais – agir coletivamente, ao invés de isoladamente. Ao contrário do que se possa parecer; não se trata de exacerbado otimismo e sim de uma potência colaborativa impulsionada pelas novas tecnologias de comunicação e informação. Nessa questão, não apenas o surgimento das novas tecnologias, mas seu espraiamento para uma parte maior das populações e convergência de várias ferramentas de produção audiovisual, textual e imagética para o computador pessoal, *laptop* e mais recentemente, o *smartphone* (ANDERSON, 2006, p. 52).

Entretanto, não só de benefícios é formada essa nova sociabilidade. A esse respeito (o acesso à novas tecnologias, e mais: às técnicas hegemônicas), uma crítica fundamental, é feita pelo geógrafo brasileiro, Milton Santos (2013): essas técnicas, ou ainda tecnologias derivadas de um novo saber técnico, está de fato, distribuída de forma equitativa pelo mundo, ou essa é apenas mais uma faceta perversa da globalização enquanto perversidade? A questão proposta por Santos, ajuda a desmontar a ideia de que todos estamos igualmente conectados.

Outra perspectiva a explorar, além da rede como rizoma e da sociedade em rede; é a de Albert-László Barabási, físico húngaro. Para ele, rede são relações matematizáveis. Entretanto, cabe fazer uma pequena digressão antes. A teoria dos grafos – sobre a qual a teoria das redes sem escala se utiliza para questionar as diversas configurações ou agrupamentos sociais - iniciada por Leonhard Euler¹², foi pioneira em estudar as redes, se considerarmos de forma ampla. Os grafos são uma representação que compreendem nós conectados a outro ou outros através de ligações também chamadas de arestas. A partir da perspectiva euleriana, vários outros cientistas começaram a investigar as redes. A grande incerteza era como os nós se agrupavam e de que forma eles se conectam uns aos outros.

Cientistas como Granovetter (1973) por exemplo. Antes dele, os afirmava-se que a conexão entre os nós era dada de forma aleatória. Em certa medida, diferindo do trabalho de Granovetter, Barabási (2009), na Teoria das Redes sem Escala, contrapõe aos estudos científicos até o momento, afirmando que quanto mais conexões um nó possuir, maior a probabilidade de adquirir novas conexões. A lógica de quanto mais ricos de conexões um nó

12

Matemático e físico suíço, fez importantes descobertas em várias áreas da matemática, como cálculo e Teoria dos Grafos. Mais em:
<http://www.ime.unicamp.br/~calculo/ambientedeensino/modulos/history/euler/euler.html>.

for, maior a probabilidade de ele ficar mais rico. Utilizando o vocabulário de Barabási (2009, p. 77), “preferimos hubs”, ou seja, nós densamente conectados; e assim seguimos essa tendência de forma inconsciente.

Na explicação acima – além de outros elementos, claro - reside a pedra fundamental da rede como relação matematizável. Entendemos por este tipo de relação, relação quantificável, mensurável ou ainda, uma relação que possa ser expressa em elementos matemáticos. Para isso, é preciso lembrar de uma parte específica do experimento do físico húngaro: quando ele envia um robô para mapear a Web. Esse possivelmente seja o exemplo mais direto do que pode significar rede como relações matematizáveis. O robô, uma construção algorítmica, enviado através da Web para cartografá-la.

Entretanto, cabe lembrar: toda relação é matematizável, quantificável? Não seria esse um sonho da cibercultura? De acordo com Felinto (2006), a “cibercultura promoveu uma radical 'informatização' do mundo”, onde se inclui a subjetividade humana, que, a partir dessa abordagem, pode ser traduzida a partir de padrões informacionais, passíveis de digitalização. Seria esse um sonho cibercultural totalizante, contrariando o que defendeu Pierre Lévy (1999), que a cibercultura é universalizante e não totalizante?

Se aproximando da concepção de rizoma elaborada por Deleuze e Guattari, Bruno Latour, filósofo e antropólogo francês, juntamente com Michel Callon, John Law, e outros, no início dos anos oitenta do século passado, criaram a metáfora ator-rede, hoje, melhor entendida como actante-rede (SANTAELLA, LEMOS, 2010). Para Virginia Kastrup (2013), professora e pesquisadora brasileira a acepção latouriana é a versão empírica do conceito de rizoma.

Além desse vínculo, a rede de Latour é tanto uma ontologia quanto uma forma de pensar o surgimento dos híbridos. Para além dessas características, a rede, em Latour está muito mais representada por filamentos do que por superfícies. Por isso, metáforas relacionadas aos nós e arestas, como grafos, ou ainda mais distantes, as metáforas técnicas, relacionadas com a estrutura da Internet, não se aplicam ao que Bruno Latour entende por rede.

Para Latour et al (2015), os perfis, inscritos em plataformas digitais são atores-rede, já que existem em relação a outros perfis.. Para este (2012), a rede – aqui entendida para além de ciberespaço e em sua forma digital/eletrônica – é, “uma expressão para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir.” Diferente dos autores

que trazemos à baila até o momento, Latour, critica mais o uso da palavra rede hoje, preferindo sempre, conjugá-la com a palavra ator. Devida à polissemia do vocábulo rede – já assinalada aqui tantas vezes – Latour afirma, que “rede” era utilizado para distinguir de “sociedade”. Hoje, entretanto, “redes” são regra, e não exceção, como outrora. Assim, utilizá-la hoje, parece explicar pouco, se não for para conjuntamente, formar o binômio ator-rede.

Acrescenta-se à tudo o que foi articulado teoricamente até aqui, o conceito de território. Para isso, nos utilizamos principalmente do trabalho desenvolvido por Rogério Haesbaert, geógrafo e professor brasileiro, já que além de conceituar território, coloca em perspectiva a noção de desterritorialização, vocábulo/conceito vulgarizado com a democratização do acesso à internet e a ideia de compressão do espaço-tempo, afetando principalmente o campo da Comunicação, que é onde nos inserimos.

Assim, começamos por definir território de maneira abrangente, mantendo o escopo de nosso trabalho na Comunicação, procurando estabelecer relações diretas com os diversos autores das Humanidades.

Haesbaert (2004, p. 40) começar por elencar uma série noções de território, nas quais podem ser concentradas em três vertentes: a) política ou jurídico-política: em que é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder; b) cultural ou simbólico cultural: em que é visto como uma dimensão subjetiva ou simbólica, apropriada por um determinado grupo em relação ao seu espaço vivido e, c) econômica: em que é visto como a dimensão espacial das relações econômicas e/ou fonte de recursos.

Feita uma distinção teórica inicial, cabe ainda definir território. Para atingir nosso objetivo para este trabalho, optamos pela perspectiva integradora visando dar conta do nosso estudo. Assim, na perspectiva adotada, o território, “define-se antes de tudo com referências às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”. Assim, podemos nos apropriar deste conceito, e entendendo os vínculos sociais dos atores-rede, gerados à partir das conversações em rede, estabelecem assim, através de seus vínculos (laços/relações) um território.

Conforme Haesbaert (2003 p. 280), “territorializar-se, significa também, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento”. Ou, como já afirmamos acima, a constituição de um território, na perspectiva

que assumimos, transcende a delimitação de fronteiras físicas. Ainda neste sentido, a rede, efêmera, ambivalente, intangível, constitui um território.

3. Justificativa e pertinência do tema

O que justifica a relevância do nosso tema de pesquisa, além da grande base de usuários do WhatsApp, é a repercussão nacional e internacional da suspensão do WhatsApp no Brasil, além de termos uma legislação relativamente recente referente à Internet, como o Marco Civil. Por isso, justifica-se nossa pesquisa. Também por isso, nossa proposta de artigo insere-se no eixo temático 14: Privacidade/Vigilância/Controle.

5. Referências bibliográficas

BENTHAM, Jeremy.; MILLER, Jacques-Alain.; PERROT, Michelle.; WERRETT, Simon.; TADEU, Tomaz. (Org.). **O panóptico**. Traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013. (Coleção Cibercultura).

CALLON, Michael. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. O papel das redes sociotécnicas. In: PARENTE, A. (Org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 64-79.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura ; v. 1)

_____. . **O poder da comunicação**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013. (Coleção TRANS).

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011. (Coleção Trans).

- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009
- GUTIÉRREZ-RUBI, Antoni. **La política en tiempos de WhatsApp**. El País Selección, 2015.
- HARDT, Michael.; NEGRI, Antonio. **Império**. 3. ed. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.
- LESSIG, Lawrence. **Cultura livre**: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade. São Paulo: Trama, 2005.
- MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: PARENTE, A. (Org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 17-38.
- PARENTE, A. Enredando o pensamento: redes de transformação e subjetividade. In: _____. (Org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 91-110.
- POE, Edgar Allan. **Contos de Imaginação e Mistério**. Tradução de Cássio Arantes Leite. São Paulo: Tordesilhas, 2012.
- SINGH, Simon. **O livro dos códigos**: a ciência do sigilo – do antigo Egito à criptografia quântica. 6.ed. Tradução de Jorge Calife. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- TERADA, Ruito. **Segurança de dados**: criptografia em rede de computador. 2.ed. São Paulo: Blucher, 2008.
- VENTURINI, Tommaso. **Diving in Magma**: how to explore controversies with actor-network theory. 2010. Disponível em: <http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini-Diving_in_Magma.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2016.
- VIANNA, Túlio Lima. **Transparência pública, opacidade privada**: o direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle. Rio de Janeiro: Revan, 2007.